



## Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural dos Comitês PCJ

### PAINEL 2:

## A importância do saneamento rural para o desenvolvimento Sustentável

### IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO RURAL: DESAFIOS, OPORTUNIDADES E FONTES DE INVESTIMENTO

***Alexandre Motta – FUNASA***

Brasília-DF, 21 de agosto de 2024



**FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE**  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE SANEAMENTO ESTRUTURANTE - CGSAN**



MINISTÉRIO DA  
SAÚDE



## ELEMENTOS GERAIS



# ARCABOUÇO LEGAL DO MARCO DO SANEAMENTO BÁSICO BRASILEIRO

**Lei nº 11.445/2007:** estabelece as diretrizes nacionais e a Política Federal de Saneamento Básico.

**Lei nº 14.026/2020** altera:

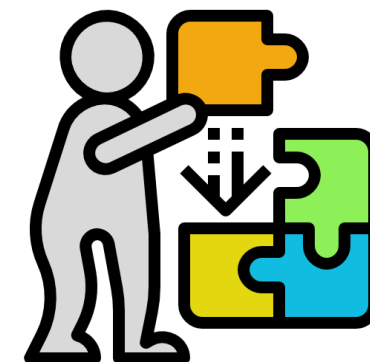
- A Lei nº 11.445/2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País;
- A Lei nº 9.984/2000, para atribuir à ANA competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento;
- A Lei nº 10.768/2003, para modificar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos;
- A Lei nº 11.107/2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos;
- A Lei nº 12.305/2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- A Lei nº 13.089/2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões; e
- A Lei nº 13.529/2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.

## CONCEITOS



**SANEAMENTO BÁSICO:** conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas (Lei nº 14.026/2020).

**PLANEJAMENTO:** são as atividades atinentes à identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das quais o serviço público deve ser prestado ou colocado à disposição de forma adequada (Decreto nº 7.217/2010).



**PRESTAÇÃO REGIONALIZADA:** Modalidade de prestação integrada de um ou mais componentes dos serviços públicos de saneamento básico em determinada região cujo território abranja mais de um Município.

## TITULARIDADE

- O **titular dos serviços deverá** formular sua política pública de saneamento básico, devendo, para tanto, **elaborar o plano de saneamento básico** (Art. 9º, I, Lei nº 11.445/2007, atualizada pela Lei nº 14.026/2020);



**O planejamento não é delegável!**

### Titularidade

os Municípios e o Distrito Federal, no caso de interesse local

- Titularidade originária  
(FREIRE, 2020)

o Estado, em conjunto com os Municípios que compartilham efetivamente instalações operacionais integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões

- Autarquia Interfederativa  
compulsória (RIBEIRO, 2021)

gestão associada, mediante consórcio público ou convênio de cooperação

- Autarquia Interfederativa  
voluntária (RIBEIRO, 2021)

# PLANOS DE SANEAMENTO BÁSICO – CONTEÚDO MÍNIMO

(Lei 11.445/2007, Art. 19)

1



**DIAGNÓSTICO** da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos

2



**OBJETIVOS E METAS** de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas

3



**PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES** para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os PPAs e outros correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

4



**AÇÕES PARA EMERGÊNCIAS E CONTINGÊNCIAS**

5



Mecanismos e procedimentos para **AVALIAÇÃO** sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

## PLANOS DE SANEAMENTO BÁSICO

- **Aprovação por atos dos titulares.** (§ 1º, art. 19, Lei nº 11.445/2007)
- Poderão ser elaborados com base em estudos fornecidos pelos prestadores de cada serviço. (§ 1º, art. 19, Lei nº 11.445/2007)
- Devem ser **compatíveis com os planos das bacias hidrográficas e com planos diretores** dos Municípios em que estiverem inseridos, **ou** com os **planos de desenvolvimento urbano integrado das unidades regionais** por eles abrangidas. (§3º, art. 19, Lei nº 11.445/2007)
- **Revisão** periódica com prazo **não superior a 10 (dez) anos.** (§ 4º, art. 19, Lei nº 11.445/2007)
- **Exceto quando regional,** o plano de saneamento básico **deverá englobar integralmente o território** do ente da Federação que o elaborou. (§ 8º, art. 19, Lei nº 11.445/2007)

## PLANOS DE SANEAMENTO BÁSICO

- Será **assegurada ampla divulgação** das propostas **dos planos de saneamento básico e dos estudos** que as fundamentem, inclusive com a realização de audiências ou consultas públicas. (§ 5º, art. 19, Lei nº 11.445/2007)
- Os **Municípios com população inferior a 20 mil habitantes** poderão apresentar **planos simplificados**, com menor nível de detalhamento quanto ao conteúdo mínimo. (§ 9º, art. 19, Lei nº 11.445/2007)
- A verificação do **cumprimento dos planos de saneamento pelos prestadores** de serviços será **realizada pela entidade reguladora e fiscalizadora** dos serviços. (Par. Único, art. 19, Lei nº 11.445/2007)
- A **existência de plano de saneamento básico é condição de validade dos contratos** de prestação de serviços públicos de saneamento básico. (inciso I, art. 11, Lei nº 11.445/2007)



## PLANOS DE SANEAMENTO BÁSICO

- Os planos de investimentos e os projetos relativos ao contrato devem ser compatíveis com o respectivo plano de saneamento básico. (§ 1º, art. 11, Lei nº 11.445/2007)
- **A alocação de recursos públicos federais** será realizada **em conformidade com os planos de saneamento básico**. (*caput* do art.50, Lei nº 11.445/2007)
- **Após 31/12/2024, a existência de plano de saneamento básico com anuência do titular dos serviços será condição para o acesso aos recursos públicos federais, quando destinados a serviços de saneamento básico.** (§ 2º do art. 26 do Decreto nº 7.217/2010)
- **Serão considerados planos de saneamento básico os estudos que fundamentem a concessão ou a privatização dos serviços de saneamento básico.** (Art. 19, Par. Único, Lei nº 14.026/2020)



## O PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PLANSAB

(Decreto nº 8.141/2013 e Portaria Interministerial nº 571/2013)

- Principal instrumento da Política Federal de Saneamento Básico;
- Elaborado pelo Governo Federal, com ampla participação social e em consonância com as diretrizes da Lei nº 11.445/2007;
- Abordagem integrada considerando os 4 componentes do saneamento básico; horizonte de 20 anos (2014 a 2033); avaliação anual; e revisão a cada 4 anos;
- Processo de revisão iniciado em 2017 e publicado em 2019 (1º revisão);
- Realizou um diagnóstico situacional, desenhou diretrizes e estratégias para diferentes cenários, com estabelecimento de metas finais e intermediárias para os 4 componentes do saneamento básico.
- Definiu a elaboração de três programas: saneamento básico integrado, **saneamento rural** e saneamento estruturante;
- Aborda os objetivos, os indicadores e as metas, nacionais e regionalizadas, para a universalização dos serviços de saneamento básico, para cada componente e mais a gestão dos serviços.



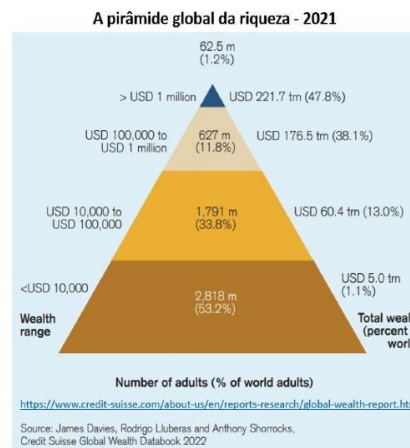
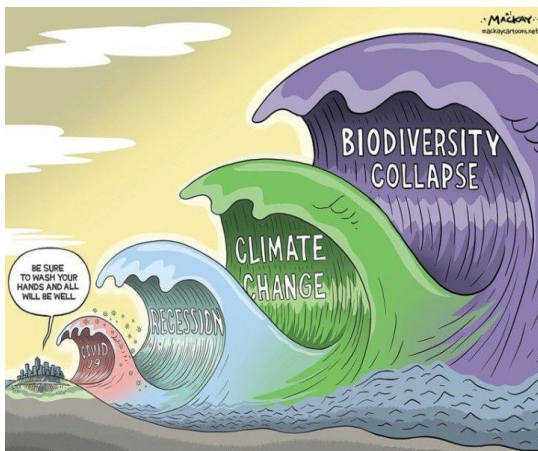
**FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE**  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE SANEAMENTO ESTRUTURANTE - CGSAN**



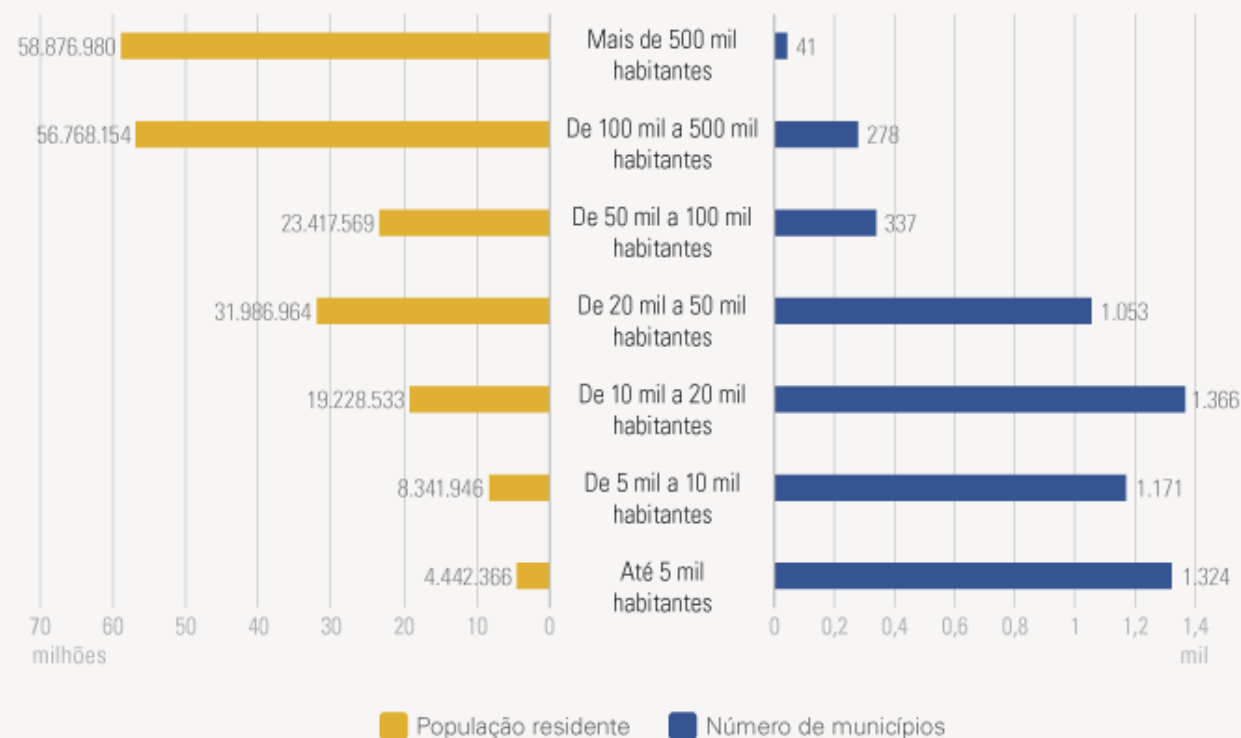
MINISTÉRIO DA  
SAÚDE



## CONTEXTO



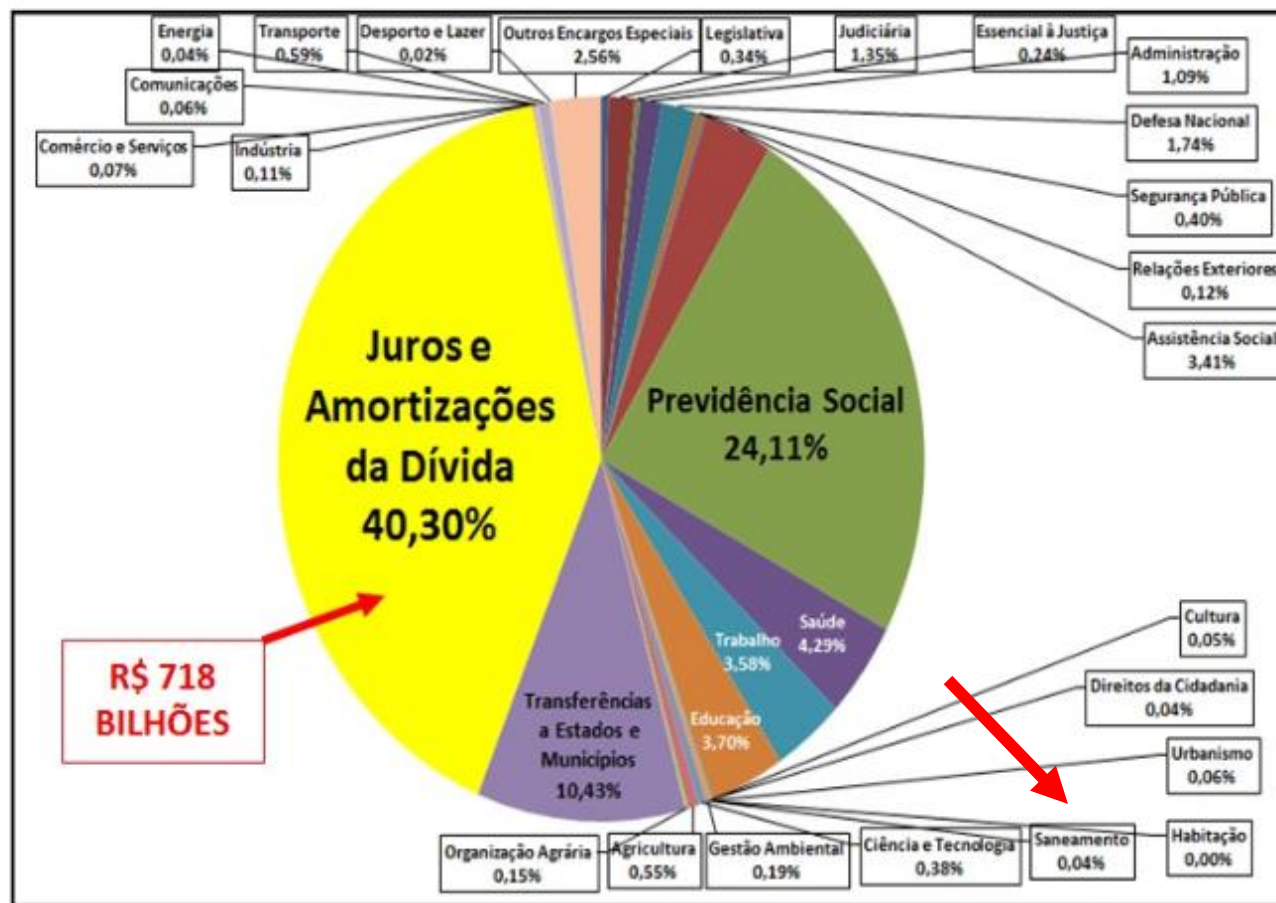
## População residente e número de municípios Segundo faixas de população municipal



Fonte: Censo Demográfico 2022: População e domicílios - Primeiros resultados



Orçamento Geral da União (Executado em 2013) – Total = R\$ 1,783 trilhão

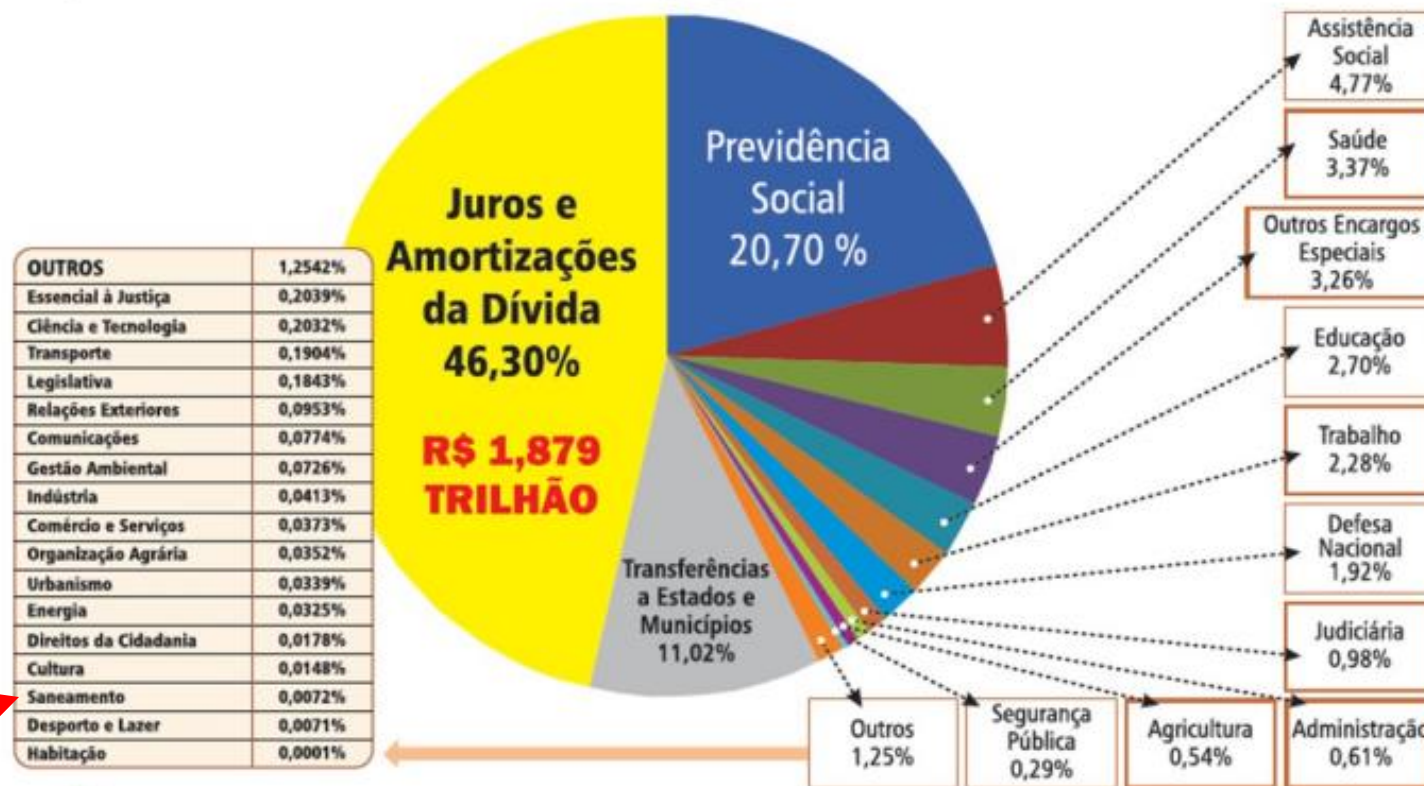


R\$ 718  
BILHÕES

R\$ 71,320 Bi

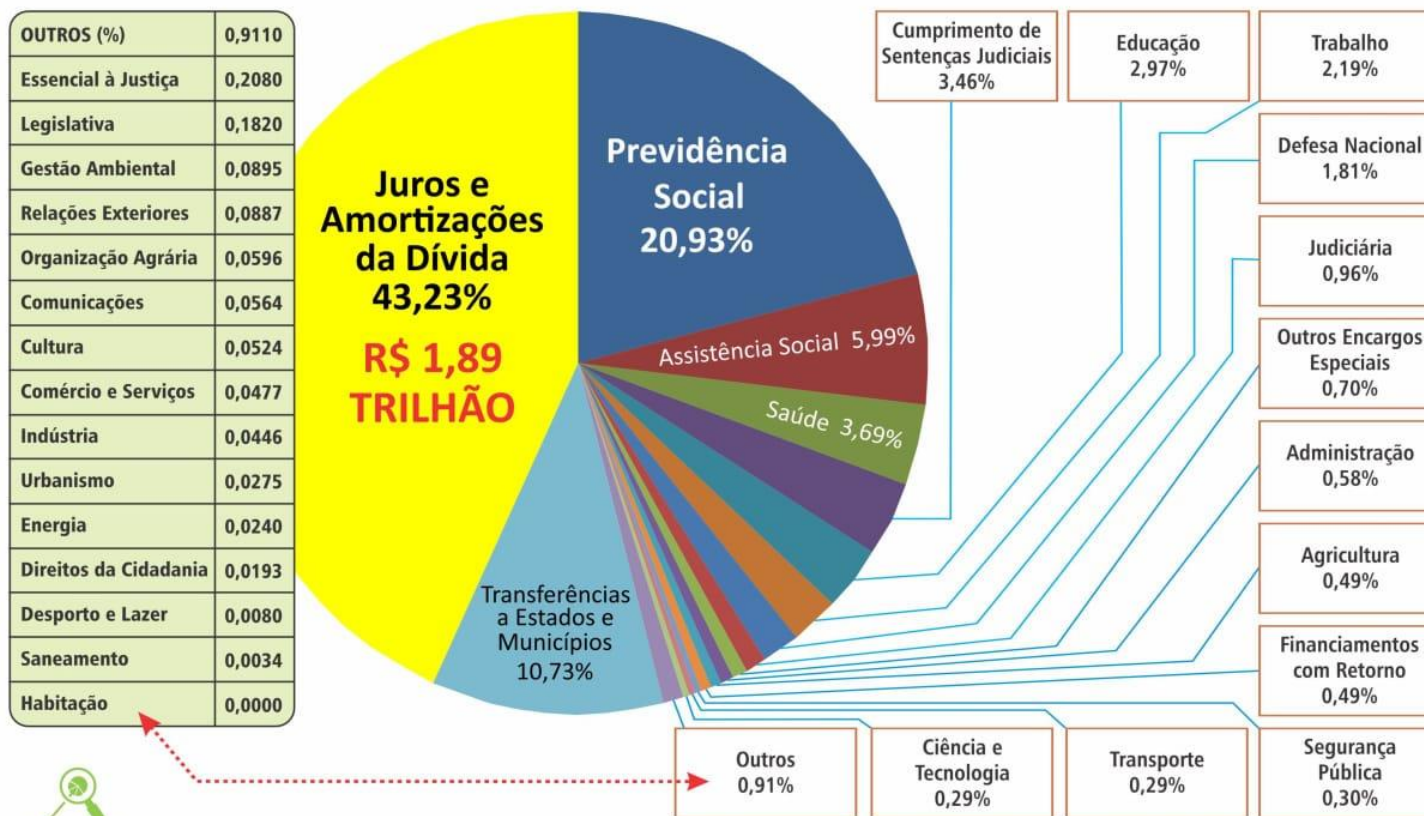
Fonte: Senado Federal – Sistema SIGA BRASIL – Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Nota: Inclui o "refinanciamento" da dívida, pois o governo contabiliza neste item grande parte dos juros pagos. Não inclui os restos a pagar de 2013, pagos em 2014.

## Orçamento Federal Executado (pago) em 2022 = R\$ 4,060 TRILHÕES



R\$ 29,232 Bi

## Orçamento Federal Executado (pago) em 2023 = R\$ 4,36 TRILHÕES



R\$ 14,824 Bi





**FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE**  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE SANEAMENTO ESTRUTURANTE - CGSAN**



MINISTÉRIO DA  
SAÚDE



# DESAFIOS E OPORTUNIDADES

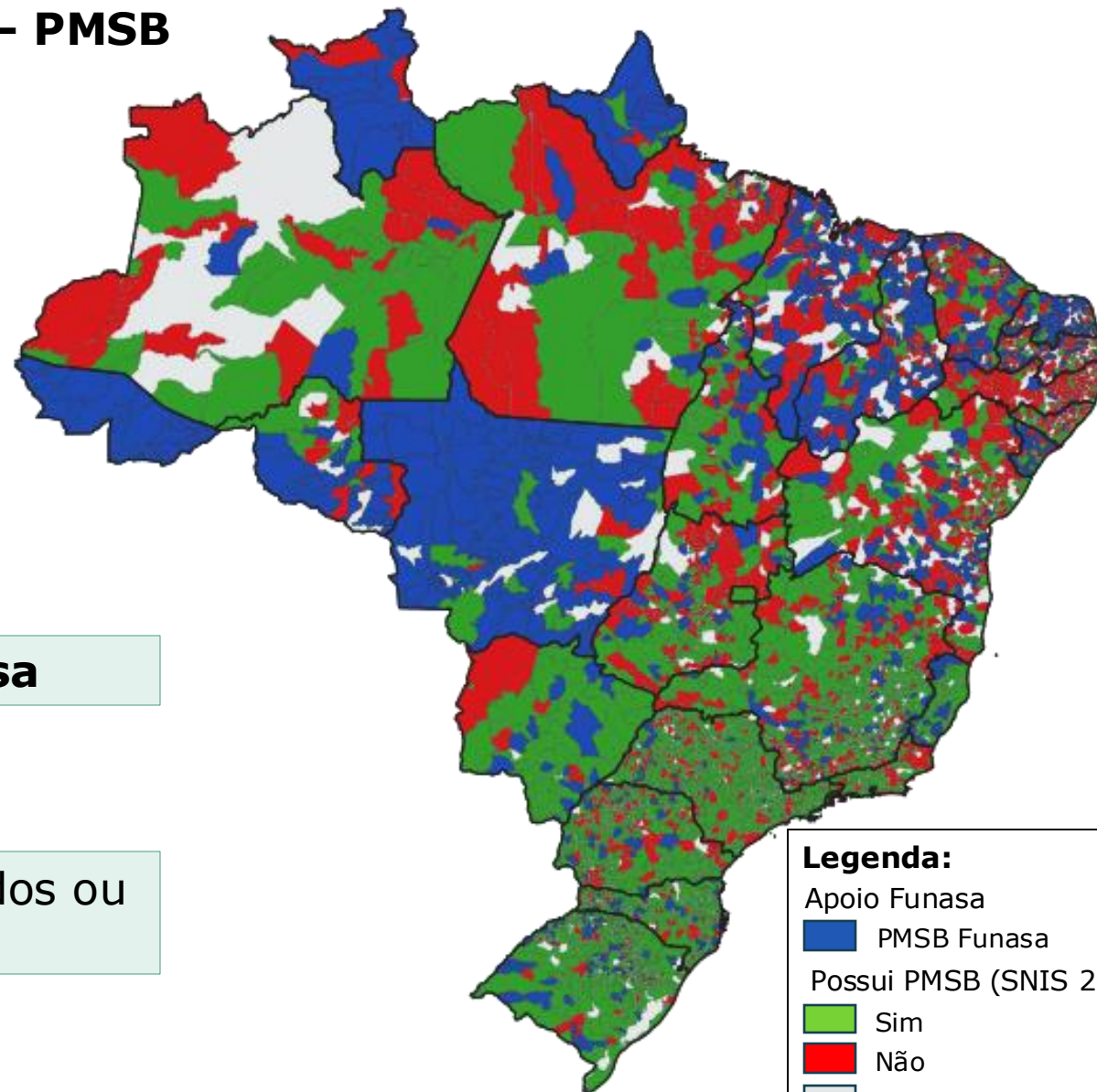
## Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB

### Apoio da Funasa:

- 2006 a 2013 – convênios c/ municípios
- A partir de 2014 – por meio de parcerias, **preferencialmente TED**

**1.203 PMSB apoiados pela Funasa**

**3.748 municípios com PMSB** elaborados ou em elaboração no país



#### Legenda:

Apoio Funasa

■ PMSB Funasa

Possui PMSB (SNIS 2022)

■ Sim

■ Não

■ Não Declarou

# O TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

## O QUE É?

É um documento que estabelece normas, critérios, procedimentos principais e requisitos mínimos para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, e a descrição dos produtos a serem apresentados à Funasa pelo município

## PARA QUEM?

Entes federados, em especial os municípios, órgãos e entidades ligadas ao setor de saneamento básico no Brasil.



## MANUAL PARA ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO PARA ÁREAS RURAIS

- Elaborado após o TR PMSB e o Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR)
- O objetivo do Manual é orientar mais detalhadamente os municípios que possuem população predominantemente rural e áreas dispersas onde vivem comunidades tradicionais e povos originários.
- Oferecer aos municípios um arcabouço conceitual e metodológico para delimitar o rural no seu território e, a partir disto, construir o diagnóstico e as propostas para o saneamento rural no âmbito do PMSB, **segundo o PNSR**.



## ➤ Lei nº11.445/2007

Art. 52: determina a elaboração do **Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab)** sob coordenação do Ministério das Cidades

### Plansab

Saneamento  
Básico Integrado

Ministério das  
Cidades

Saneamento  
Rural

Ministério da Saúde  
(FUNASA)  
PNSR ELABORADO  
(Portaria MS nº  
3.174/2019)

Saneamento  
Estruturante

Ministério das  
Cidades



1.  
INTRODUÇÃO



2.  
MARCOS  
REFERENCIAIS



3.  
O RURAL PARA O  
SANEAMENTO



4.  
ANÁLISE  
SITUACIONAL



5.  
EIXOS  
ESTRATÉGICOS



6.  
METAS  
DO PNSR



7.  
NECESSIDADES DE  
INVESTIMENTOS



8.  
GESTÃO DO PNSR



9.  
EXPERIÊNCIAS EM  
SANEAMENTO RURAL

# O que é o PNSR?

O PNSR é um programa nacional que busca universalizar o acesso ao **saneamento básico em áreas rurais**, estabelecendo diretrizes e estratégias que garantam *equidade, integralidade, intersetorialidade, sustentabilidade dos serviços, participação e controle social*, por meio da articulação com diversos órgãos federais, estaduais e municipais, além de instituições da sociedade organizada.

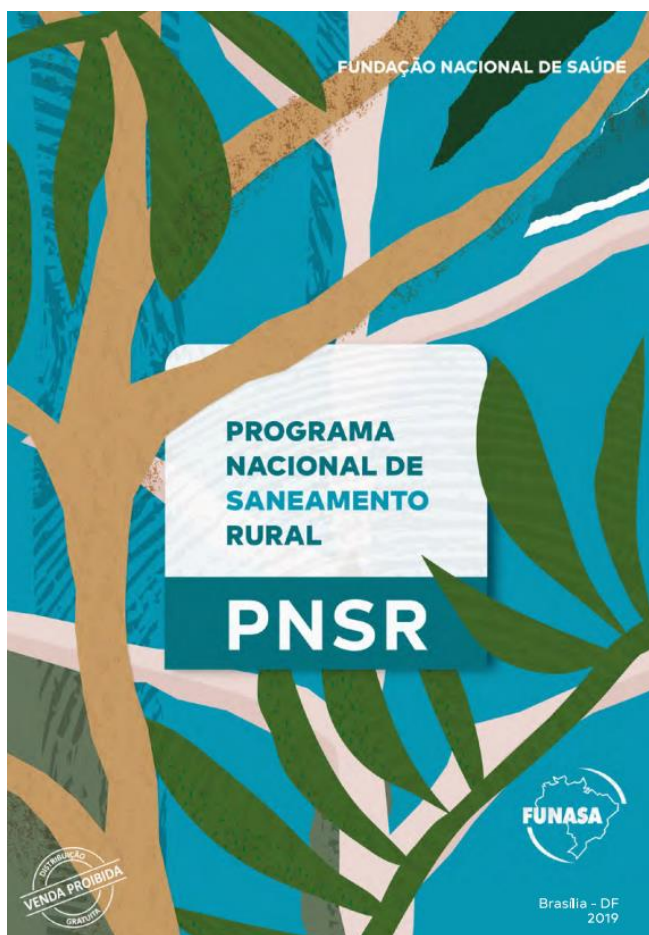




# Por que o Programa foi formulado?

- Investimentos historicamente concentrados nas áreas urbanas
- Atuação do setor desarticulada e fragmentada
- Elevado déficit de cobertura
- Especificidades das áreas rurais (abordagem distinta da adotada nas áreas urbanas)
- Lei do Saneamento (nº 11.445/2007) e planejamento do setor – Plansab (dez/2013)

# Resultados Esperados



**Capacidades técnicas e de gestão desenvolvidas e aprimoradas**

**Soluções no âmbito dos três eixos estratégicos e dos quatro componentes do saneamento básico**

**Ações institucionais contínuas e articuladas**

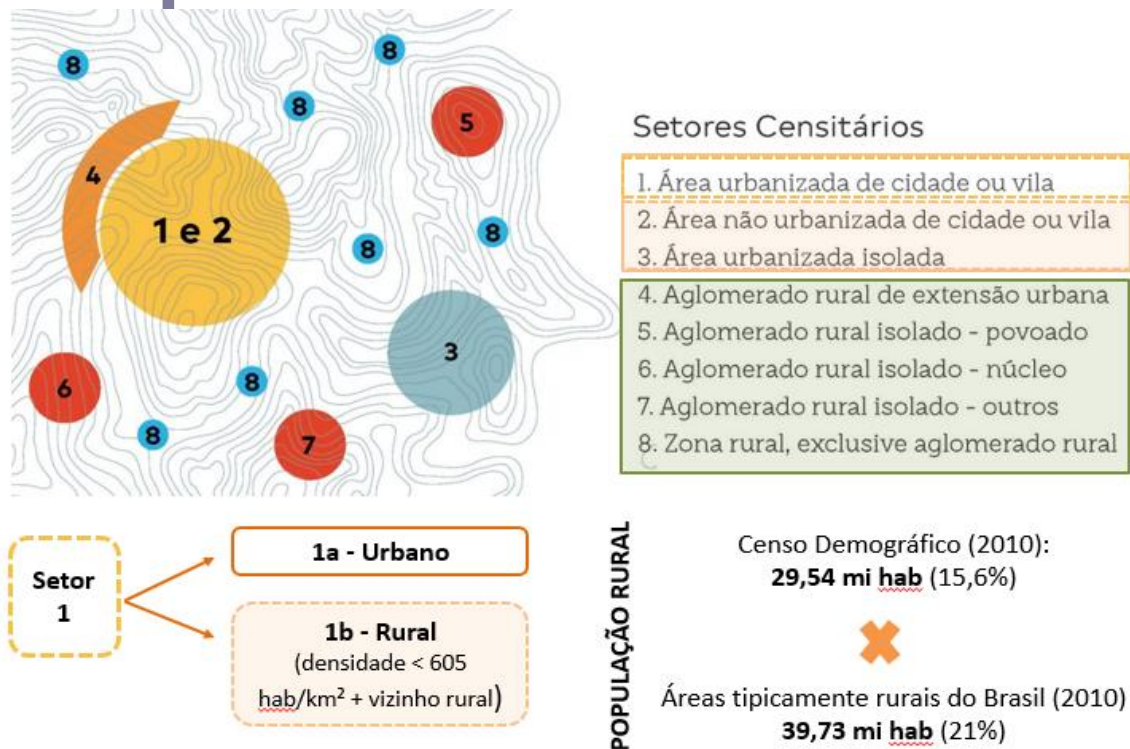
**Universalização com qualidade, sustentabilidade com acessibilidade econômica**

**Populações rurais atendidas com serviços adequados de saneamento básico**

**Melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida das populações rurais**



# O Rural para o Saneamento no Brasil



## Qual o público a ser atendido?

Populações em áreas rurais, comunidades tradicionais e os povos originários, com ênfase às *populações do campo, da floresta e águas*

## COMPONDO SOLUÇÕES PARA O SANEAMENTO RURAL



### ▪ EIXO GESTÃO DOS SERVIÇOS

Reconhecimento e legitimação das demandas e planejamento dos meios para atendê-las

### ▪ EIXO EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Formação, qualificação, sensibilização, transparência e fortalecimento dos atores envolvidos

### ▪ EIXO TECNOLOGIA

Incremento ou melhoria da infraestrutura (soluções coletivas ou individuais)



- Abastecimento de Água
- Esgotamento Sanitário
- Resíduos Sólidos
- Manejo de Águas Pluviais

MEDIDAS  
ESTRUTURANTES

MEDIDAS  
ESTRUTURAIS



**FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE**  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE SANEAMENTO ESTRUTURANTE - CGSAN**



MINISTÉRIO DA  
SAÚDE



## QUESTÕES ESPECÍFICAS PARA O ESTADO DE SÃO PAULO

# Introdução

- Plano Municipal de Saneamento Rural:
  - Proposição de atenção sistematizada à área rural.
    - Não é um instrumento previsto na legislação → os PMSB já ***deveriam*** abranger toda a área rural, mas não acontece na realidade.
  - Pode ser um anexo ao PMSB existente, ou ser incluído como capítulo específico.
  - Deve abordar todas as etapas de desenvolvimento de um planejamento em saneamento: mobilização social, diagnóstico, prognóstico, proposições de desenvolvimento com metas, programas e projetos e acompanhamento de evolução (indicadores, avaliações etc.).

# Primeiros passos

- Holambra-SP: PMSB existente → Sem abrangência da área rural.
  - Exigência do planejamento da área rural: MPSP/GAEMA
  - Inclusão da abordagem do saneamento na área rural na revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico.
- ABES/PCJ/GAEMA/FUNASA - 2017
  - Início das discussões sobre Planos municípios de saneamento Rural
- Termo de Referência para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Rural – 2021/2022
  - PCJ
  - ABES
  - Ministério Público do Estado de São Paulo: *GAEMA-Campinas*
    - Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente
  - FUNASA/SUEST-SP

# Ações originalmente pensadas

- Projeto: Estratégias territorializadas de atuação governamental em Saneamento Rural – SUEST-SP
  - 9 produtos
    1. Estudo regionalizado das 22 UGRHI de SP: Diagnóstico secundário
    2. Estudo regionalizado e levantamento de necessidade das 22 UGRHI de SP: Diagnóstico com levantamento primário e prognóstico
    3. Proposição de modelo de governança para o Saneamento Rural em SP;
    - 4, 5, 6, 7, 8 e 9: Elaboração de 4 Planos Municipais de Saneamento Rural piloto no estado de SP;
      - Plano de trabalho;
      - Diagnóstico;
      - Prognóstico;
      - Mecanismos e procedimento de avaliação dos PMSR;
      - Capacitações Projeto Sustentar

# Ações interrompidas

- Projeto: Estratégias territorializadas de atuação governamental em Saneamento Rural – SUEST-SP
  - Foram apresentados os 2 primeiros produtos;
    - Produto 2 estava em revisão quando o contrato foi sub-rogado ao MCID por efeito da Medida Provisória 1.156/2023.
    - Os PMSR estavam em execução, contudo, tiveram atividades paralisadas em razão da interrupção do contrato;
      - A elaboração dos diagnósticos do saneamento rural estava em execução nos 4 municípios.



# Ações interrompidas

- Projeto: Estratégias territorializadas de atuação governamental em Saneamento Rural – SUEST-SP
  - Após o retorno da Funasa, o contrato não pôde ser retomado por ter perdido a vigência.
  - **PROPOSTAS:**
    - Avaliar a revisão do Produto 2 e tornar público os dados coletados e informações geradas sobre as 22 UGRHI em página eletrônica específica → ferramenta de apoio à gestão dos municípios paulistas
    - Retomar contato com os municípios para buscar continuidade na elaboração dos PMSR como cooperação técnica → sem o repasse de recursos financeiros.



# Novos desafios - FUNASA

- Reestruturação da instituição: capacidade operacional técnica e administrativa limitada;
  - Os passivos são prioritários;
  - Necessidade de reforço de equipes especializadas em todo o país;
  - Remontagem da estrutura atual e início do processo de reestruturação;
  - Retomar o foco na produção/disseminação do conhecimento e assistência técnica
- Compartilhamento de ações em Saneamento Rural – FUNASA/MCID
  - Debate em curso



**FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE**  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE SANEAMENTO ESTRUTURANTE - CGSAN**



MINISTÉRIO DA  
SAÚDE



**OBRIGADO PELA ATENÇÃO!**

***Alexandre Motta – FUNASA***  
presidencia@funasa.gov.br